

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**
PORTO

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE

2025

DENOMINAÇÃO ASSOCIAÇÃO C D CASA POVO VILA BOA DO
BISPO

MORADA Rua D. António José Rocha Couto

N. 647 ANDAR LOCALIDADE Vila Boa do Bispo

FREGUESIA Vila Boa do Bispo

CONCELHO Marco de Canaveses

COD. POSTAL 4625-640

EM _____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Vila Boa do Bispo _____, _____

Vila Boa do Bispo _____, _____

ASSINATURAS

ASSINATURA DO PRESIDENTE

ASSOCIAÇÃO C D CASA POVO VILA BOA DO BISPO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte : 501984135

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-2025	31-dez-2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	434 244,62	434 167,73
Investimentos financeiros	10.1	0,00	4 195,55
		434 244,62	438 363,28
Ativo corrente			
Inventários	5	1 784,73	631,90
Créditos a receber	10.2	1 128,71	1 166,38
Estado e outros entes públicos	10.8	4 211,44	12 688,62
Diferimentos	10.4	6 446,47	3 831,33
Outros ativos correntes	10.3	46 467,75	96 221,94
Caixa e depósitos bancários	10.5	219 682,40	56 928,87
		279 721,50	171 469,04
Total do ativo		713 966,12	609 832,32
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.6	32 005,56	32 005,56
Reservas	10.6	1 408,54	1 408,54
Resultados transitados	10.6	111 767,17	117 503,92
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	10.6	320 581,33	349 063,68
		465 762,60	499 981,70
Resultado líquido do período		86 463,61	-5 736,75
Total dos fundos patrimoniais		552 226,21	494 244,95
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.7	31 023,76	23 837,18
Estado e outros entes públicos	10.8	12 481,74	9 138,71
Diferimentos	10.4	43 273,00	22 182,63
Outros passivos correntes	10.9	74 961,41	60 428,85
		161 739,91	115 587,37
Total do passivo		161 739,91	115 587,37
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		713 966,12	609 832,32

A Direção

O Contabilista Certificado

ASSOCIAÇÃO C D CASA POVO VILA BOA BISPO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte : 501984135

Moeda : euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 025	2 024
Vendas e serviços prestados	6	652 538,62	413 822,52
Subsídios, doações e legados à exploração	10.10	214 021,09	178 741,01
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-68 108,82	-63 535,44
Fornecimentos e serviços externos	10.11	-211 731,92	-175 889,82
Gastos com o pessoal	8	-481 256,97	-352 981,40
Outros rendimentos	10.12	29 251,93	19 882,69
Outros gastos	10.13	-18 221,51	-1 831,14
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		116 492,42	18 208,42
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-30 028,81	-22 586,51
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		86 463,61	-4 378,09
Juros e gastos similares suportados	10.14	0,00	-1 358,66
Resultados antes de impostos		86 463,61	-5 736,75
Resultado líquido do período		86 463,61	-5 736,75

A Direção

O Contabilista Certificado

Entidade: ASSOCIAÇÃO CD DA CASA DO POVO VILA BOA DO BISPO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 501984135

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Centro Dia	SAD	Creche	SAAS	Hoquei em Patins	Futsal	Cultura	Bar	Abispe-te	PERÍODOS	
											2025	2024
Vendas e serviços prestados	6	161 708,24	204 479,29	272 187,74	322,25	13 712,20	64,45	64,45	0,00	0,00	652 538,62	413 822,52
Custo das vendas e dos serviços prestados	5/8	-109 067,60	-163 312,63	-218 158,66	-79 032,81	-2 589,08	-2 633,24	-5 264,94	0,00	-26,83	-580 085,79	-425 540,84
Resultado Bruto		52 640,64	41 166,66	54 029,08	-78 710,56	11 123,12	-2 568,79	-5 200,49	0,00	-26,83	72 452,83	-11 718,32
Outros Rendimentos	10.10/10.12	14 778,80	8 256,65	11 297,50	102 915,28	58 010,23	7 626,36	27 573,98	11 051,13	1 769,09	243 273,02	198 623,70
Gastos administrativos	4/10.11	-42 902,10	-32 289,30	-27 794,40	-15 957,14	-65 151,87	-4 817,50	-20 938,68	-308,81	-1 480,93	-211 040,73	-189 452,33
Outros Gastos	10.13	-2 163,47	-2 160,48	-9 185,94	-1 796,80	-2 489,64	-70,27	-354,91	0,00	0,00	-18 221,51	-1 831,14
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		22 353,87	14 973,53	28 346,24	7 050,78	1 491,84	169,80	1 079,90	10 742,32	255,33	86 463,61	-4 379,09
Gastos de financiamento (líquidos)	10.14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 356,66
Resultado antes de impostos		22 353,87	14 973,53	28 346,24	7 050,78	1 491,84	169,80	1 079,90	10 742,32	255,33	86 463,61	-5 735,75
Resultado líquido do período		22 353,87	14 973,53	28 346,24	7 050,78	1 491,84	169,80	1 079,90	10 742,32	255,33	86 463,61	-5 735,75

A Direcção

O Comabilista Certificado

ASSOCIAÇÃO C D CASA POVO VILA BOA DO BISPO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		152 970,02	137 912,70
Pagamentos a fornecedores		-303 082,74	-281 925,48
Pagamentos ao pessoal		-323 987,62	-234 151,10
Caixa gerada pelas operações		-474 100,34	-378 163,88
Outros recebimentos/pagamentos		609 149,15	467 598,95
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		135 048,81	89 435,07
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-7 484,41	-157 419,92
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		7 500,00	13 779,20
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		15,59	-143 640,72
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		27 689,13	22 282,35
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		0,00	-1 358,66
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		27 689,13	20 923,69
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		162 753,53	-33 281,96
Caixa e seus equivalentes no início do período		56 928,87	90 210,83
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.5	219 682,40	56 928,87

A Direção

O Contabilista Certificado

**ASSOCIAÇÃO
CULTURAL E DESPORTIVA
CASA DO POVO
VILA BOA DO BISPO**

**Anexo
Demonstrações Financeiras
2025**

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	7
4	Ativos Fixos Tangíveis	11
5	Inventários	11
6	Rédito.....	12
7	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	12
8	Benefícios dos empregados	13
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	14
10	Outras Informações	14
10.1	Investimentos Financeiros	14
10.2	Créditos a receber.....	14
10.3	Outros ativos correntes	14
10.4	Diferimentos	15
10.5	Caixa e Depósitos Bancários	15
10.6	Fundos Patrimoniais	15
10.7	Fornecedores	15
10.8	Estado e Outros Entes Públicos	16
10.9	Outros passivos correntes	16
10.10	Subsídios, doações e legados à exploração	16
10.11	Fornecimentos e serviços externos	16
10.12	Outros rendimentos.....	17
10.13	Outros gastos	17
10.14	Resultados Financeiros	17
10.15	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	17
10.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	18

1 Identificação da Entidade

A “ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DA CASA DO POVO DE VILA BOA DO BISPO” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social”, com sede em Rua D. António José Rocha Couto, nº 647, Vila Boa do Bispo. A Associação tem como objetivos:

- Apoio às pessoas idosas;
- Apoio à família;
- Apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo;
- Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Educação e formação profissional dos cidadãos;
- Outras respostas sociais, desde que contribuam para a efetivação dos direitos dos cidadãos;
- Atividades Desportivas: Hóquei em Patins, Futsal, Ténis, Karaté, Ginástica de Manutenção, entre outras;
- Atividades Culturais: Rancho Folclórico, Escola de Música, Teatro, Concertos Musicais e Espetáculos de Variedade, Marchas de Sto. António, Desfile Carnavalesco, entre outras.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
 - Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
 - Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
 - NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Investimentos financeiros

O DL 115/2023, de 15 de dezembro alterou os regimes jurídicos dos Fundos de Compensação do Trabalho definidos na Lei 70/2013 de 30 de agosto.

A natureza e finalidade do FCT são profundamente alteradas, destacando-se a cessação definitiva das obrigações de registo dos empregadores e dos contratos de trabalho e da obrigação de efetuar entregas. As contas de registo individualizado por trabalhador são fundidas numa única conta global do empregador e as dívidas ao FCT são extintas.

3.2.3 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.4 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Ferramentas e utensílios	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2024	Adições	Abate	Transferência	31-12-2025
Edifícios e outras construções	564.763,51				564.763,51
Equipamento Básico	66.219,14	5.684,39			71.903,53
Equipamento de Transporte	172.783,61				172.783,61
Equipamento Administrativo	3.509,00				3.509,00
Equipamento Informático	25.834,15	1.077,84			26.911,99
Ferramentas e utensílios	15.494,21				15.494,21
Ativo Tangível Bruto	848.603,62	6.762,23	0,00	0,00	855.365,85
Investimentos em Curso – Obra	0,00	23.343,47			23.343,47
Investimentos em Curso	0,00	23.343,47	0,00	0,00	23.343,47
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e outras construções	191.711,31	12.333,22			204.044,53
Equipamento Básico	37.610,90	8.027,22			45.638,12
Equipamento de Transporte	143.341,55	8.747,69			152.089,24
Equipamento Administrativo	2.384,70				2.384,70
Equipamento Informático	24.155,05	803,02			24.958,07
Ferramentas e utensílios	15.232,38	117,66			15.350,04
Depreciações Acumuladas	414.435,89	30.028,81	0,00	0,00	444.464,70
Ativo Tangível Líquido	434.167,73	76,89	0,00	0,00	434.244,62

5 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024				2025		
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.660,26	54.885,27	7.621,81	631,90	58.231,59	11.030,06	1.784,73
Total	1.660,26	54.885,27	7.621,81	631,90	58.231,59	11.030,06	1.784,73
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				63.535,44			68.108,82

6 Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Prestação de Serviços	652.538,62	413.822,52
Quotas de utilizadores	156.411,71	124.703,63
Quotas e joias	1.444,00	1.439,00
Serviços secundários	13.712,20	15.430,00
ISS, IP – Acordos Cooperação	480.970,71	272.249,89
Outros rendimentos	11.050,80	10.841,85
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	11.050,80	10.841,85
Total	663.589,42	424.664,37

7 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	31-12-2025			31-12-2024		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	480.970,71	0,00	0,00	245.144,07
C M Marco Canaveses	Não reembolsável	0,00	0,00	170.902,24	0,00	0,00	139.853,50
J F Vila Boa do Bispo	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.984,19
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	4.138,24	0,00	0,00	2.979,16
IPDJ	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
ISS, IP – PRR Mobilidade Verde	Não reembolsável	10.833,30	0,00	5.000,00	15.833,30	0,00	5.000,00
C M Marco Canaveses – Viatura elétrica	Não reembolsável	2.166,70	0,00	1.000,00	3.166,70	0,00	1.000,00
C M Marco Canaveses – Edifício	Não reembolsável	67.058,76	0,00	1.377,92	68.436,68	0,00	459,32
ISS, IP (PARES 2.0) – Edifício	Não reembolsável	227.878,23	0,00	4.684,31	246.273,16	0,00	1.652,84
ISS, IP (PARES 2.0) – Equipamento	Não reembolsável	12.644,34	0,00	2.709,50	15.353,84	0,00	903,16
TOTAL		320.581,33	0,00	670.782,92	349.063,68	0,00	402.976,24

8 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Sociais, nos períodos de 2025 e 2024 foram de “11”. Durante o período de 2025 mantiveram-se os Órgãos eleitos para o quadriénio 2024/2027, que têm a seguinte composição:

Assembleia Geral

Presidente – António Soares Correia;

1º Secretário – Maria Luisa dos Reis Correia;

2º Secretário – Maria Emília Miranda Gonçalves Grilo Sousa.

Direção

Presidente – Rui Manuel Correia Teixeira;

Vice-Presidente – António Luís da Rocha Ribeiro;

Secretário – Alexandra Manuela Leite Ferreira;

Tesoureiro – Joaquim Aguiar de Sousa;

Vogal – Sérgio Manuel Pinto Carneiro.

Conselho Fiscal

Presidente – José Pinto Monteiro;

1º Vogal – José Pereira Madureira;

2º Vogal – Manuel Vieira de Sousa.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2024 foram de “25” e em 2025 foram de “26”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao pessoal	369.936,26	271.822,00
Indemnizações	0,00	437,33
Encargos sobre as Remunerações	82.472,41	60.530,46
Seguros de Acidentes no Trabalho	5.515,30	3.735,81
Outros Gastos com o Pessoal	5.211,39	8.156,44
IEFP – Estágios/CEI/CEI+	18.121,61	8.299,36
Total	481.256,97	352.981,40

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2025	2024
Outros investimentos financeiros		
Fundo Compensação do Trabalho	0,00	4.195,55
Total	0,00	4.195,55

10.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	1.128,71	966,90
Utentes	0,00	199,48
Total	1.128,71	1.166,38

10.3. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinham, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Investimentos financeiros – Fundos Compensação do Trabalho	4.195,55	0,00
Adiantamentos ao pessoal	51,62	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Entidades do Setor Público Administrativo – IEF/Autarquia	42.220,58	96.122,47
Outros devedores	0,00	99,47
Total	46.467,75	96.221,94

10.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Seguros	6.446,47	3.831,33
Total	6.446,47	3.831,33
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	20.691,20	4.089,63
Apoio ao Associativismo	22.581,80	18.093,00
Total	43.273,00	22.182,63

10.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	1.534,30	1.303,25
Depósitos à ordem	218.148,10	55.625,62
Total	219.682,40	56.928,87

10.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	32.005,56	0,00	0,00	32.005,56
Reservas	1.408,54	0,00	0,00	1.408,54
Resultados transitados	117.503,92	0,00	5.736,75	111.767,17
Outras variações nos fundos patrimoniais	349.063,68	0,00	28.482,35	320.581,33
Total	499.981,70	0,00	34.219,10	465.762,60

10.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	31.023,76	23.837,18
Total	31.023,76	23.837,18

10.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4.211,44	12.688,62
Total	4.211,44	12.688,62
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.074,00	909,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.758,82	584,77
Segurança Social	8.648,92	7.644,94
Total	12.481,74	9.138,71

10.9 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobram-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de investimentos	0,00	5.750,00	0,00	5.750,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	68.052,41	0,00	53.550,92
Outros credores	0,00	1.159,00	0,00	1.127,93
Total	0,00	74.961,41	0,00	60.428,85

10.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024 os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios das Entidades Públicas	175.040,48	148.836,85
Doações e heranças - Donativos	38.980,61	29.904,16
Total	214.021,09	178.741,01

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 7.

10.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	30.720,00	9.024,00
Serviços especializados	28.487,95	34.419,94
Materiais	8.195,97	6.301,82
Energia e fluidos	38.696,07	36.333,74
Deslocações, estadas e transportes	37.225,99	32.139,92
Serviços diversos	61.487,45	53.553,35
Encargos com utentes	6.918,49	4.117,05
Total	211.731,92	175.889,82

10.12 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos suplementares	0,00	0,00
Descontos pronto pagamento obtidos	39,35	25,52
Rendimentos em investimentos não financeiros	11.050,80	10.841,85
Imputação de subsídios para investimentos	14.771,73	9.015,32
Outros	3.390,05	0,00
Total	29.251,93	19.882,69

10.13 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	14,95	471,89
Outros	9.957,69	1.359,25
Outros – Assalto nas instalações	8.248,87	0,00
Total	18.221,51	1.831,14

10.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	1.358,66
Total	0,00	1.358,66
Juros e rendimentos similares obtidos		
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	0,00	-1.358,66

10.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2025, foi o seguinte:

Creche – 46 utentes;

Centro de Dia – 40 utentes;

Serviço Apoio Domiciliário – 30 utentes;

SAAS – 203 famílias.

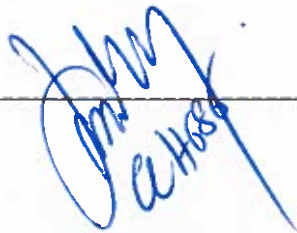
10.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Vila Boa do Bispo, 31 de dezembro de 2025

O Contabilista Certificado



A Direção

